



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 305

00031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305, DE 29 DE JUNHO DE 2006.

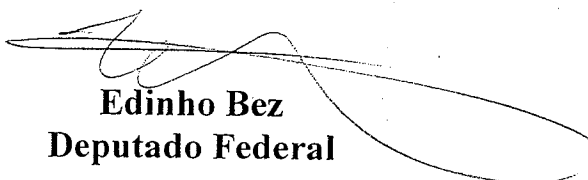
EMENDA SUPRESSIVA Nº.....

Suprima-se o inciso X do art. 5º, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

O Adicional Noturno é um direito previsto no art. 7º da Constituição Federal e que foi estendido aos servidores públicos, nos termos do art. 39, § 2º, da Constituição Federal, e mantido pela Emenda Constitucional 19, de 1998. Portanto, inconstitucional é a vedação do pagamento desse benefício, sem que seja criado na mesma Medida Provisória nº 305, um novo mecanismo que supra essa lacuna na remuneração do servidor.

Brasília, 04 de julho de 2006.


Edinho Bez
Deputado Federal



ED83C73428